

# ALVORADA EM ABRIL

Otelo Saraiva de Carvalho



Livraria  
Bertrand

OTEOLO SARAIVA DE CARVALHO

# ALVORADA EM ABRIL

PREFÁCIO  
DE  
EDUARDO LOURENÇO



LIVRARIA BERTRAND  
APARTADO 37 — AMADORA



N. 523

## PREFACIO

### UM HOMEM DO (NOSSO) DESTINO

Todo o começo é involuntário  
Deus é o agente  
O herói a si assiste, vário  
E inconsciente.

MENSAGEM

*Há cento e cinquenta anos que as contradições insolúveis da vida política portuguesa se resolvem, à maneira de Alexandre, pela espada. As que nas vésperas do 25 de Abril nos diziam respeito abrangiam quarenta anos de regime antiliberal e um espaço imperial em vias de desagregação. Dos dois factores, o decisivo, como é notório, foi o último. Sem a conjunção das dificuldades africanas com as nacionais, o antigo regime poderia ter sobrevivido, senão inalterável (e ele estava já alterando-se no breve consulado de Marcelo Caetano) ao menos sob a forma de uma liberalização que a entrada no Mercado Comum e as novas regras do jogo internacional estavam exigindo. No caso mais favorável, o limite seria a famosa solução à espanhola, hoje muito aplaudida, mas que não foi possível, justamente, senão porque antes houve a solução «à portuguesa». E a solução à portuguesa não foi uma evolutiva, cautelosa e hábil mudança de cenário conduzida pela fracção mais modernista da classe dirigente e das Forças Armadas, como em Espanha, escarmentada com as aventuras imprevisíveis do vizinho, mas uma*

surpreendente e fulgurante alteração de fundo e forma. Aquilo que, com delicia ou terror, se costuma designar como revolução.

Dos seus antecedentes empíricos, do encadeamento factual dos seus preparativos, do seu itinerário preciso, com a sua quota-parte de aventura, cálculo e risco, aquele que passará à História como o herói epónimo dessa Revolução incruenta nos dá conta nestas páginas. A sua maneira, sem cálculos maquiavélicos nem estratégias de político profissional que não era quando o destino da Revolução repousava em grande parte nas suas mãos, como não o será mais tarde, quando os inevitáveis profiteurs civis do seu gesto e do dos seus camaradas lhe estenderão sob os pés os tapetes de um jogo que não era feito para ele, nem ele para esse jogo. Colocado no centro de uma acção que num dia longo alterará uma rotina que parecia eterna, Otelo Saraiva de Carvalho está mais indicado do que ninguém para desfibrar a trama daquilo que poderia ter sido apenas um golpe militar — desta vez bem sucedido — e que acabou por ser, quer isso agrade ou não, uma revolução das mais singulares da nossa História, e singular até no panorama dos movimentos revolucionários contemporâneos. A três anos de distância, em maré baixa duma boa parte das esperanças de renovação profunda que milhões de portugueses puseram na Revolução de Abril, e de que muitos não estão nem estarão nunca dispostos a abdicar, a história pormenorizada do movimento que lhe deu origem, contada e vivida por um dos seus jovens capitães, não pode deixar indiferente um público que se tornou outro, nem um país que mudou de rota e se pôs em questão por causa e através dela.

Costuma comparar-se a Revolução de Abril a um novo 5 de Outubro. O relato de Otelo Saraiva de Carvalho — a juntar a outros já conhecidos, mas renovando-os e precisando-os — bastaria para mostrar que a comparação não se justifica. Distinguem-se os dois movimentos não apenas pelo grau de organização — o 5 de Outubro foi o tipo mesmo de movimento improvisado — como pelo contexto e pelo estatuto político-social dos seus actores. O 5 de Outubro foi uma revolução civil, enquadrada por meia dúzia de militares, precedida de uma longa oposição republicana adentro de um quadro parlamentar que lhe dava assento nele, no interior de uma Monarquia por assim dizer «republicanizada». O que permitirá, uma vez a República triunfante, a sua latente e persistente «remonarqui-

zação», como mostra o excelente livro de Vasco Pulido Valente. A Revolução de Abril foi e só podia ser uma revolução essencialmente militar, pois não existia nenhuma força representativa num país quadriculado por um regime totalitário, incapaz de gerar no seu seio, como durante quarenta anos se comprovou, outra coisa que movimentos esporádicos de revolta, condenados à nascença. A única instituição que escapava, em parte, à máquina totalitária era justamente a Força Armada. Mas escapava-lhe por ser, ao mesmo tempo, o seu sustentáculo mais precioso, embora não o pudesse ter sido senão por reconhecer — ou ter reconhecido durante décadas — no regime de Salazar aquele que correspondia, latu senso, aos seus interesses de instituição e àqueles que pareciam os interesses gerais do País. Em semelhante sistema, a contradição com saída plausível só podia vir de dentro, da instituição mesma, no momento em que as contradições objectivas da sociedade portuguesa penetrassem no seu âmbito e a pusessem seriamente em causa. Foi o que aconteceu à medida que a guerra colonial acentuou no interior do País um mal-estar e reticências cada vez mais profundas, cujas repercussões afectavam pela primeira vez em larga escala a orgânica e eficácia do combate armado em África e a boa consciência, durante anos quase intacta, do conjunto da instituição militar. Tinha chegado a época da reflexão e com ela uma dúvida no centro nevrálgico do Poder. Disto não se apercebeu, ou apercebeu tarde, o poder civil, nem, com raras excepções, a hierarquia militar, que teria podido evitar o desenlace que ia varrer do palco da História uma e outro. Mas o que nem poder civil nem hierarquia militar sopesaram em termos úteis apareceu pouco a pouco, com clareza, embora através dum processo complexo, onde é difícil distinguir a lucidez política da mera revolta subjectiva, àqueles militares jovens, mais próximos da quotidiana vida do soldado, em suma, aos famosos «capitães» destinados a liderar uma Revolução que, como todas, lhes fugiria das mãos ou escaparia em breve para caminhos imprevisíveis.

Obra de «capitães marxistas» assim a catalogou, com mais que discutível apropósito, o homem que ela afastou do Poder. O marxismo torna-se nos anos 60 uma referência ideológica genérica de parte da juventude universitária incorporada mais tarde nas Forças Armadas. Algum «marxismo» ou, mais vagamente, um efectivo espírito crítico progressista, antifascista, terá sem dúvida influen-

ciado largos estratos de militares, e um reflexo desse progressismo é notório nas linhas e entrelinhas do célebre Programa do MFA, plataforma do movimento revolucionário. Além do mais, o combate ideológico «antiterrorista», como então se escrevia a propósito das diversas rebeliões africanas, obrigara os seus teóricos a um contacto intenso com todas as formas de literatura revolucionária, e é possível que esse contacto tenha produzido frutos contrários àqueles que eram desejados. Mas basta percorrer a lista do grupo inicial do Movimento dos Capitães, pensar no que foi mais tarde o tão diverso destino político e militar dos seus membros, para concluir até que ponto essa síntese de Marcelo Caetano é grosseira, e prolonga afinal a mesma cegueira que não soube ou não pôde evitar que o impasse político português se resolvesse, uma vez mais, pelas armas. O próprio caso de Otelo Saraiva de Carvalho é exemplar. Que «marxismo» lhe pode ser creditado enquanto prepara, com os seus camaradas, o impecável movimento militar de 25 de Abril? As motivações são complexas para todos os participantes e na origem, como é sabido, de discutível conteúdo «revolucionário», o que não basta para, como é hoje banal nos meios em que denegrir a Revolução é um jogo de sociedade, esconder o essencial: quaisquer que tenham sido os motivos iniciais que transformaram uma reivindicação corporatista em contestação cada vez mais radical da situação político-militar do País, essa metamorfose só foi possível por corresponder a uma aspiração profunda do Povo português, farto de um regime totalitário, autista, sufocante, bloqueado interna e externamente.

Paradoxalmente — e será essa, para lá do folclore lírico que a celebrou no mundo, a sua verdadeira originalidade — raras vezes uma revolução militar e de militares terá sido tão civil. Ainda hoje espanta o reflexo quase pânico que parece ter sido o de uma boa parte dos vencedores de Abril de aceitar, com as responsabilidades históricas de uma intervenção que iria abalar uma contextura de séculos, a responsabilidade plena do Poder. Tudo se passou como se o Poder, uma vez alcançado, queimasse as mãos dos que haviam chamado a si a decisão de destruir o anterior regime totalitário. Pode julgar-se este reflexo de ópticas opostas. Do que não há dúvida é que poucas vezes se terá visto um movimento militar triunfante tão desamparado ou tão complexado diante da sua própria audácia, ou simplesmente, tão democrático. Estas aparentes antinomias expli-

cam-se duplamente: por um lado, o Movimento dos Capitães é o resultado de um impasse de ordem militar (ou político-militar), de uma impotência que só se pode reabsorver por um gesto de resgate que é ao mesmo tempo um sacrifício; por outro, a lógica interna mais profunda, tal como o documento do MFA a consigna, apontava na direcção de uma restauração democrática, o que supunha, em princípio, devolução da palavra política ao Povo português dela privado, com a cumplicidade passada das mesmas Forças Armadas.

Na linha da devolução plena dessa palavra política se processou, com as peripécias bem conhecidas, a vida política do novo regime, e com ela o apagamento político dos vencedores militares diante dos leaders civis da opinião pública, segundo as suas clivagens de classe e de interesses. Todavia, no Programa do MFA e no fenómeno mesmo do 25 de Abril, tal como foi em seguida ressentido e aclamado pelo Povo português, essa inegável vontade de democraticidade para a vida pública vinha acompanhada de uma vontade, expressa com não menos vigor, de revolução das estruturas arcaicas e historicamente injustificáveis, por injustas e ineficazes, do Portugal contemporâneo. Entre as exigências de uma e outra se tem jogado o nosso futuro de portugueses. Nela desempenhou o autor destas «memórias» um papel considerável e discutido. É muito cedo para o julgar com cabal comedimento num horizonte onde tudo foi tumultuoso e desmedido e onde a sua personalidade, singularmente contrastante e imprevisível, mas nunca em absoluto infiel à audácia e generosidade que um dia fez dele a chave da nossa Revolução inacabada mas irreversível, ocupou, para escândalo de uns e o fervor popular e populista de outros, o centro da cena nacional. Há alguma coisa de comum entre a personagem que ocupou esta cena, cuja menor palavra ou gesto sem resguardas excitou um país, e o jovem e desconhecido capitão que pacientemente, com um sangue-frio e uma candura que tocam as raias do inconcebível, foi tecendo entre o 16 de Março e o 25 de Abril os fios quebrados do que parecia condenado a mais um fracasso sem remissão?

O leitor julgará por si. Estas páginas desenham em filigrana o retrato de um Otelo antes de Otelo e completam assim uma imagem que o excesso de franqueza e mesmo de ingenuidade política que lhe são inerentes reduziu a um estereótipo insignificante, por simplista e malevolente. Aos que de Otelo Saraiva de Carvalho só

*já guardam essa imagem estereotipada, de composição alheia mas também própria, estas páginas poderão mostrar, para além do percurso colectivo de uma geração de oficiais que as circunstâncias transformaram em «revolucionários», também a maneira como a História passa através dos seus agentes, como ela se serve mesmo do que sob outros planos pode parecer defeito e disso tudo amassado faz um homem do Destino. Destino seu e destino nosso, qualquer que seja o juízo que o homem público venha a merecer de um futuro que, aliás, continua em marcha.*

Vence, 3 de Novembro de 1977

EDUARDO LOURENÇO